



LIGA DOS BOMBEIROS PORTUGUESES

**As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários
e os seus Corpos de Bombeiros no contexto Nacional –
desafios atuais e futuros”**

Presidente da LBP, António Nunes

Graciosa | 2 de março de 2024

BOMBEIROS
DE PORTUGAL



As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e os seus Corpos de Bombeiros no contexto Nacional – desafios atuais e futuros”

Presidente da LBP, António Nunes

Gostaria de começar com uma frase de Charles Chaplin:

“A persistência é o caminho do êxito”

Longe vai o ano de 1889, quando sob a organização de Guilherme Gomes Fernandes, entre outros, se realizou o I Congresso dos Bombeiros Voluntários, na AHBV do Porto onde compareceram cerca de 40 comandantes, ou o ano de 1904 (17 de abril) quando os Bombeiros perceberam que cada um por si seriam sempre mais fracos nas suas reivindicações do que em conjunto, criando dinâmicas de grupo e de defesa dos seus interesses, ou melhor na defesa dos interesses das suas populações que os tinham criado e organizado, face à ausência da resposta pública. Perfaz este ano de 2024, 120 anos de tal iniciativa, que veio a ter um futuro consistente em 1930, como resultado de um Congresso no Estoril, que deliberou constituir uma Confederação nacional dos bombeiros (a Liga dos Bombeiros Portugueses), tendo os seus Estatutos sido aprovados em 1931, no Congresso de Setúbal, vindo a ser reconhecida por Portaria do Ministério do Interior de 30 de maio de 1932. Relevante foi ainda a primeira celebração do Dia do Bombeiro feita a 18 de agosto de 1923. As preocupações então expressas incluíam “auxílio a todos e quaisquer membros das corporações de bombeiros que se inutilizem em serviço” e respetivos familiares, criando a “Caixa de Previdência e Socorros aos Órfãos e Viúvas de Bombeiros”, que deu origem ao atual Fundo de Proteção Social do Bombeiro. Em 1937 a Liga estabelece um Plano de Uniformes e em 1935 cria o Hino dos Bombeiros Portugueses. O reconhecimento do Estado pelo intenso e consistente trabalho desenvolvido pela Liga dos Bombeiros Portugueses, ao longo de décadas, e pelo prestígio que os Bombeiros granjearam está na atribuição pela Presidência da República da Bandeira Nacional e das mais elevadas condecorações honoríficas nacionais, designadamente a Comenda da Ordem de Benemerência (1935), o título de Membro Honorário da Ordem Militar de Cristo (1980), o título de Membro Honorário da Ordem da Liberdade (2008), o título de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique (2022). Ostenta ainda a Medalha Proteção e Socorro Ouro Distintivo Azul do MAI (2007) e a Medalha Proteção e Socorro Ouro Distintivo Laranja do MAI (2021). Em 2008 foi-lhe atribuído o Prémio Direitos Humanos. Por despacho do Primeiro-Ministro, datado de 1 de Março de 1990, foi ainda considerada Instituição de Utilidade Pública Administrativa.



Mas será que os nossos políticos e dirigentes da administração pública conseguem entender o espírito criativo que esteve na base da constituição de uma organização que, em primeiro lugar, pratique o bem com os seus, apoiando todos os que prestam ações cívicas (o Regulamento de Condecorações e a Fénix Social são disso exemplo), e por outro, assumirem pioneiramente instrumentos de organização e representação dos Bombeiros de Portugal?

Ora, a verdade dos factos atuais faz-nos pensar que quem devia apoiar, fortalecer e desenvolver um setor indispensável aos cidadãos, prefere criar divisões, representações falaciosas, legislação avulsa e controversa, quiçá, criar condições para num futuro mais ou menos distante, justificar a extinção de alguns ou de todos, em nome de um sistema novo que qualifcam de mais capaz, mais qualificado, mais profissional, amarrando tudo e todos a um Estado Regional ou Nacional centralizador e dominador.

Não vislumbramos grande futuro para opções desse tipo, pelo que, de forma frontal, convicta e lutadora, dizemos não ao fim das Associações Humanitárias, expressão profunda dos sentimentos locais, ou dos Corpos de Bombeiros, unidades de ação com fortíssimas raízes na entreajuda das comunidades que, quando ocorrem catástrofes, sentem na pele o afastamento dos poderes supramunicipais, prometendo tudo mas fazendo muito pouco, exceto se houver atos eleitorais. Infelizmente já bem conhecemos o que acontece, mesmo quando alguns dizem que agora é diferente. Diferente sim, mas para nós Bombeiros tem sido para pior!!!!

Prestígio e inovação estiveram sempre ligados aos Bombeiros, bastando recordar que a 18 de agosto de 1900 (há 124 anos) um grupo de bombeiros sob o comando de Guilherme Gomes Fernandes, conquistou em Paris o concurso internacional de manobras ou que a “Escada Fernandes” e o “novo carro de material” criados no final do século XIX, foram invenção dos nossos Bombeiros.

Ou seja os Bombeiros portugueses sempre estiveram na vanguarda e na modernização das suas organizações, pelo que tem de continuar a ser no seu seio que se irá fazer a reorganização da resposta às emergências e, sem eles ou contra eles, qualquer reforma estará condenada ao insucesso, com risco para o sistema de resposta a catástrofes, pois, muito antes de haver proteção civil já existiam Bombeiros, municipais ou voluntários, estes últimos enquadrados por briosas Associações Humanitárias de Bombeiros.

Os bombeiros estiveram também na primeira linha da modernização, quando foram capazes de criar os instrumentos de gestão e aperfeiçoamento do controlo operacional necessários, revindicando através da LBP, a criação do Serviço Nacional de Bombeiros, cuja aprovação foi sufragada pela Lei n.º 10/79, de 20 de



março, com a atribuição de orientar e coordenar as atividades e serviços de socorro exercidos pelos corpos de bombeiros e assegurar a sua articulação com a Proteção Civil, em caso de emergência. Ou seja, aos Bombeiros o que era dos Bombeiros, articulando-se com as estruturas de proteção civil nas situações de catástrofe ou calamidade, como os demais agentes de proteção civil. Pergunta-se, então, porque tão sábia lei e enquadramento se alterou nos princípios da década de 2000, amordaçando a liberdade de organização e gestão diária dos corpos de bombeiros, fazendo-os subordinar a um Estado centralista, dispondo de meios e recursos que são privados, património das Associações Humanitárias? A resposta politicamente correta será que assim as populações estão mais defendidas porque a gestão é integrada. A resposta correta é porque o estado não tendo recursos para ter o seu “próprio exército de socorristas” quer apoderar-se do património imaterial dos portugueses, que são os seus bombeiros voluntários, cidadãos livres que decidem aderir a uma causa de defesa dos seus concidadãos.

Passaram a confundir proteção civil com bombeiros que, obviamente, desempenham papéis distintos, embora relacionados, na prevenção, preparação e resposta a situações de emergência. A proteção civil deve ser um sistema organizado e coordenado pelo Estado para prevenir, mitigar e responder a catástrofes e calamidades, envolvendo medidas de planificação, coordenação, assistência e recuperação, no respeito pelas várias entidades e níveis políticos. Os Bombeiros são uma parte importante do sistema de proteção civil, sendo responsáveis pelo combate direto a vários riscos, sejam incêndios, cheias, resgate de pessoas ou animais, socorro a acidentes rodoviários, aéreos ou outros, para além do transporte de doentes e sinistrados, ou seja, são os executantes operacionais, podendo participar em tarefas preventivas, de inspeção de segurança ou treino da população. A proteção civil é a estrutura mais abrangente e coordenadora e os bombeiros atuam no terreno para garantir a segurança e socorro das populações, bens e ambiente. Só não entende a diferença quem não quer, ou quem procura buscar domínio abusando das suas competências intrínsecas e originais.

Com tudo isto, perderam-se 20 anos de efetiva construção de um edifício organizacional, administrativo e de coordenação e comando operacional dos Bombeiros, a par do desaparecimento de verbas específicas para apoio aos Corpos de Bombeiros, seja para funcionamento ou investimento em equipamentos e manutenção de quartéis e instalações, que hoje representam mais de 60 milhões de euros por ano, para passarmos a um subfinanciamento crónico das nossas AHB e com isso, alterar o paradigma da independência para o andar de mão estendida a mendigar umas parcas migalhas que permitam a nossa sobrevivência financeira e institucional, ficando à mercê da vontade, ou à falta dela, dos políticos, seja a nível local, regional ou nacional. Adicionalmente, assiste-se diariamente aos contínuos



ataques à identidade dos bombeiros, procurando esquecer a sua história, as suas virtudes, as suas capacidades, as suas ligações às comunidades, procurando criar organizações ditas fantásticas, milagrosas e vaticinando que sem elas teremos o caos. Só teremos o caos quando os dirigentes administrativos, comandantes, bombeiros, sócios e beneméritos, desistirem de lutar contra sombras difusas, mas omnipresentes. Os profetas da desgraça não vão conseguir acabar com o movimento associativo, nem com o voluntariado, porque todos temos consciência que temos de criar as respostas modernas, eficientes e qualificadas para manter a relação de confiança com os nossos concidadãos que acreditam e confiam no nosso trabalho em prol das comunidades, sem qualquer outro interesse que não seja garantir a sua segurança efetiva.

Outro exemplo de inovação foi a criação da Escola Nacional de Bombeiros, em 1995, associação de direito privado, onde a LBP em representação de todos assume uma parceria, em partes iguais com o Estado, representado pela ANEPC, que deu corpo à primeira instituição dedicada à formação e qualificação uniforme dos Bombeiros.

Chegados a este ponto, importa esclarecer que as AHB são pessoas de direito privado, reconhecidas pelo Estado, mas emanadas das populações, representadas pelos sócios, que numa Assembleia Geral são a entidade máxima de decisão de uma AHB, elegendo os órgãos sociais, aprovando os orçamentos e planos de atividade e os relatórios e contas, podendo decidir sobre a demissão dos órgãos sociais e a dissolução da própria instituição. É um exemplo de democracia representativa e de resposta constitucional, que deve ser preservado e estimulado.

Mas, lá vão os tempos que as populações aceitavam que as suas AHB dispusessem de meios precários, aguardassem a disponibilidade dos seus membros que escolhiam inscrever-se como bombeiros voluntários e que o acesso ao socorro dependesse do toque da sirene ou do sino. Hoje, porque pagamos impostos, votamos e temos cidadania plena, exigimos que o socorro se faça ao minuto, com pessoal qualificado e meios modernos e eficientes, ao nível do melhor que se possa passar no País ou na Europa.

É neste momento que entra o Estado Central, Regional ou Local. É, também, nestas circunstâncias que o Estado (Governos e Assembleias da República ou Regionais) e os demais políticos e dirigentes administrativos, que têm de decidir que tipo de Corpos de Bombeiros querem.

Bombeiros funcionários municipais, afastados do movimento cívico e popular das comunidades ou Bombeiros trabalhadores de AHB e Voluntários das AHB?



Na nossa opinião, entendemos que cada Entidade Detentora de Corpo de Bombeiros pode ser pública ou associativa, sendo que o Corpo de Bombeiros, constituído por trabalhadores municipais ou trabalhadores das AHB e voluntários devem ter a mesma preparação, qualificação e capacidade de socorro. O que varia é a entidade de gestão. De um lado só com dinheiros públicos, do outro com dinheiros públicos acrescidos de dinheiros privados e verbas comunitárias, só possíveis de incorporar para movimentos sociais. A decisão aí está para ser tomada. A escolha é entre dois modelos: Estatal ou Social/Associativo, que neste caso agrupa o conceito de Humanitário.

Contudo, a opção pelo segundo obriga à mudança estrutural da forma como se organizam as AHB e a garantir um conjunto de instrumentos indispensáveis para o sucesso, nomeadamente a criação e apoio financeiro a um Estatuto do Bombeiro Voluntário, a um Regime Remuneratório e de Carreira adequado, a um Estatuto do Dirigente Associativo entre outros.

Obriga, também, que todos os serviços prestados pelos Bombeiros sejam financeiramente ressarcidos pelos valores de custo efetivo, garantindo que as AHB não subsidiem o Estado, ao invés do que deve acontecer e dando cumprimento às Leis da República.

Por outro lado, nunca nos poderemos esquecer que uma das missões históricas das AHB é o transporte de doentes, hoje ditos de não urgentes, mas que sem as suas Associações não teriam resposta a transportes para consultas, tratamentos ou diálise, muitas das vezes num contexto social que o Estado não responde ou quando o faz já é demasiado tarde. Também as atividades sociais lúdicas como salas de convívio, fanfarras ou bandas de música, estão presente na faceta humanitária e social que temos de garantir às nossas comunidades. Podem parecer que não têm importância, mas em muitos casos são um amparo para muitos e a oportunidade para que outros possam participar em atividades culturais que moldam a sua personalidade ou respondem aos seus desejos, que de outro modo não seria possível. Os Bombeiros desempenham um papel fundamental na comunidade e de apoio a populações vulneráveis, contribuindo para a segurança, proteção e bem-estar das comunidades em que se inserem, sendo agentes de proximidade e de solidariedade, bem como agentes de apoio e promoção do desenvolvimento social e comunitário.

Gostaríamos ainda de realçar que as AHB ainda são das poucas instituições que não fecham. Assistimos, por vezes, a notícias que postos da GNR estão encerrados ou incapacitados de responder prontamente aos cidadãos garantindo a segurança que todos acreditam que devemos ter, em contraponto com a disponibilidade dos nossos Quartéis de Bombeiros.



Os Bombeiros continuam a ser o último bastião da presença de um elemento do poliedro da segurança mais perto dos cidadãos, pelo que têm de ser reconhecidos, apoiados e motivados na continuidade das suas imprescindíveis e insubstituíveis missões, respeitando a vontade das populações e a independência dos movimentos sociais da política pura e dura.

Por fim, gostaríamos de relembrar que a LBP representa todos, mas todos: Bombeiros, Comandantes, Dirigentes Associativos, Sócios, Associações Humanitárias, Corpos de Bombeiros, Quadros Ativo, de Reserva e de Honra, nos seus múltiplos e diferentes interesses, com um objetivo central que é a defesa das comunidades que todos indiscutivelmente servimos, sob o lema “vida por vida”.

Os Associados Singulares da LBP - as Entidades Detentoras de Corpos de Bombeiros (Associações Humanitárias de Bombeiros e Municípios) - fazem-se representar estatutariamente pelo Presidente da Direção/Presidente da Câmara Municipal e pelo Comandante, sendo que os primeiros são eleitos por sufrágio pelos sócios ou pelos eleitores, e os segundos designados pela Direção da EDCB. Um sistema piramidal bem construído e que tem provado funcionar na defesa de todos. O Comandante tem de estar presente porque representa de facto os bombeiros do seu Corpo de Bombeiros, devendo interpretar em cada momento o sentimento dos bombeiros, subchefes, chefes e oficiais bombeiros, garantindo a unidade de comando, numa estrutura hierarquizada e disciplinada. Se assim não for, o cumprimento da missão pode estar comprometido e a resposta, que se quer imediata e de qualidade, pode ficar comprometida, com todas as consequências negativas para as comunidades que abnegadamente servem há mais de 620 anos.

É neste contexto, complexo, mas compreensivo, que os Bombeiros portugueses, onde prevalecem os bombeiros voluntários e por isso a representação no Comandante de cada Corpo de Bombeiros, constitui a força da representação da LBP, como topo de uma pirâmide, que soma as vontades, muitas vezes contraditórias, de quem representa. Quando o Comandante perde a confiança do seu Corpo Ativo, o que ocorre algumas vezes, com consequências sempre nefastas para a estabilidade e confiança no Corpo de Bombeiros, surge um conflito, por vezes insanável e que pode levar à sua substituição. Pode-se dizer que o Comandante está entre duas linhas vermelhas: de um lado a Direção da EDCB e do outro o Corpo Ativo. Só uma liderança forte, uma demonstração de competência técnica e operacional, um forte compromisso com a estratégia da Direção da EDCB, permite a estabilidade dos comandos e dos corpos de bombeiros.

A LBP e as Federações de Bombeiros são os interlocutores junto de quem tem de resolver ou ajudar a resolver os nossos temas, nomeadamente, do Governo Central



ou Regional, dos Partidos Políticos, dos Deputados, das Autarquias e dos serviços públicos.

Não é tarefa fácil porque, em muitos casos, estamos perante impactos complexos que obrigam a ter diplomacia, firmeza, resiliência e paciência, muita paciência.

A LBP e Federações de Bombeiros são, por isso, o fiel da balança. De um lado do prato da balança, o reconhecimento inabalável do direito a que os bombeiros voluntários com contrato de trabalho tenham um regime de direitos e deveres, de progressão de carreira e um estatuto remuneratório progressivo, e no outro prato da balança, o financiamento previsível das EDCB para assumirem o pagamento mensal das respetivas remunerações.

Os Bombeiros Voluntários nasceram da vontade das populações que se sentiram abandonadas pelo Estado, criando os seus próprios mecanismos de autodefesa, muito antes dos modernos conceitos de proteção civil ou de planeamento civil de emergência, substituindo o Estado nas suas responsabilidades de proteção e socorro. Já deram muito à sociedade, que nem sempre reconhece o esforço, a dedicação e vontade na salvaguarda de pessoas e bens. Chegou o momento, mais do que nunca, do Estado e da Sociedade apoiar de forma inequívoca as AHB, os Bombeiros e os dirigentes associativos, criando confiança no sistema de resposta às emergências. Os cidadãos, que também são contribuintes e eleitores, têm direitos constitucionais, como o direito à segurança lato sensu, pelo que as EDCB têm de garantir que a resposta imediata a qualquer emergência seja feita no mais curto período, dentro de padrões internacionais. Daí a absoluta indispensabilidade da existência nos Corpos de Bombeiros voluntários de equipas de intervenção operacional imediata.

Cada um de vós pergunte a si próprio se a sociedade no seu todo e a comunidade onde se insere, pode prescindir da presença dos Bombeiros, nomeadamente dos Bombeiros Voluntários de Portugal.

Termino como comecei citando uma frase, desta vez de Lewis Carroll¹:

“A única maneira de alcançar o impossível é acreditar que é possível”

Honra e Glória aos Bombeiros portugueses

Graciosa, 2 de março de 2024.

¹ Pseudónimo de Charles Lutwidge Dodgson (1832-1898) romancista, poeta, fotógrafo e matemático, entre outras atividades.